

(x) Graduação () Pós-Graduação

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: um estudo sobre as ações implementadas nas escolas de ensino médio na microrregião de Maringá-Pr.

**Carlos Alberto Soares Júnior,
Universidade Estadual de Maringá,
ra103907@uem.br**

**Luiza Berto de Lima,
Universidade Estadual de Maringá,
luizaberto@outlook.com.br**

**Ligia Greatti,
Universidade Estadual de Maringá,
lgreatti@uem.br**

**Vilma Meurer Sela,
Universidade Estadual de Maringá,
vmsela@uem.br**

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as ações que foram realizadas na microrregião de Maringá-Pr para a implementação da educação financeira nas escolas e os resultados dessa implementação para os alunos e seus familiares. A pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo-qualitativo. A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa documental a partir de ofícios e decretos que regulamentam e legitimam a implementação da disciplina. Os documentos foram encaminhados pelo Núcleo Regional de Educação, em formato eletrônico. Além disso, realizou-se entrevistas semiestruturadas com professores que lecionam a disciplina de educação financeira. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa apontam que, embora tenham ocorrido alguns aspectos que divergem da proposta em sua legislação, a implementação da disciplina está sendo bem sucedida, sendo possível observar resultados positivos para os alunos e seus familiares.

Palavra-chave: Educação financeira nas escolas; Conhecimento; Desenvolvimento socioeconômico.

1 INTRODUÇÃO

Savóia, Saito e Santana (2007) compreendem a educação financeira como um processo de transferência de conhecimento que abre caminhos para o desenvolvimento de habilidades, para que os indivíduos possam tomar decisões embasadas e seguras, o que torna melhor a administração de suas finanças pessoais. De posse dessa competência, são capazes de ser mais integrados na sociedade e mais ativos no meio financeiro, o que proporciona melhorias em sua qualidade de vida.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE (2004), a Educação Financeira sempre foi de extrema importância para os consumidores para fornecer informações que dessem suporte para planejar e gerenciar sua receita, poupar, investir e evitar que sejam vítimas de golpes. Diante de sua importância para a vida das pessoas, assim como para a sociedade na qual estão inseridas, a educação financeira deve ser abordada já na infância e principalmente no início de sua vida escolar, tomando por base que esse seja o momento ideal para influenciar o comportamento das crianças, uma vez que suas mentes estariam livres para receber novos conceitos (SILVA e POWELL, 2013).

A educação financeira nas escolas deve possuir um foco em auxiliar os alunos a gerir o seu dinheiro e suas vidas (MUNDY, 2008). Ademais, deve se concentrar nas ações, nos conhecimentos, habilidades e no comportamento desses indivíduos para que sejam capazes de realizar uma melhor administração de seus recursos ao longo da vida.

A educação financeira tem apresentado grande relevância para o contexto socioeconômico e vem obtendo papel de destaque no Brasil. Assim, vem abrindo caminhos para pesquisas relacionadas ao tema, bem como possibilidades de desenvolvimento de ações e programas tanto pelo setor público quanto privado, objetivando contribuir para a elevação do nível de educação financeira da sociedade. Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as ações que foram realizadas na microrregião de Maringá-Pr para a implementação da disciplina de educação financeira nas escolas e os resultados dessa implementação para os professores, alunos e seus familiares. Em fevereiro de 2021, o Núcleo Regional de Educação (NRE) de Maringá recebeu da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) o programa de uma nova disciplina chamada “Educação Financeira”, com carga horária de 32 aulas trimestrais, direcionada aos três anos que contemplam o ensino médio. O Objetivo da SEED com esta disciplina é promover conhecimentos financeiros aos alunos acerca do funcionamento do dinheiro. O Processo de implantação da educação financeira nas

escolas do Paraná é regulamentado pelo Ofício Circular nº 015/2021 DEDUC/SEED e tem como proposta fomentar e aproximar os alunos de ensino médio de temas acerca de finanças pessoais e administrativa. Os objetivos da disciplina não propõem estimular o acúmulo de riqueza, mas sim fomentar uma aproximação dos conceitos de qualidade de vida e desenvolvimento social.

Essa proposta apresenta-se como uma lacuna de estudo. Nesse sentido, a pesquisa contribui para compreender o processo de implementação de uma disciplina de grande relevância na grade curricular de alunos do ensino médio, visando identificar os resultados que a mesma apresenta aos alunos e seus familiares. Ademais, a pesquisa contribui para acirrar o debate sobre educação financeira nas escolas, comprovar sua importância para o desenvolvimento social e econômico bem como a necessidade de ser introduzida já nos estágios iniciais da vida do indivíduo, visando garantir o seu bem estar e o da sociedade como um todo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O analfabetismo financeiro corresponde a uma realidade global, o que coloca em destaque a necessidade de desenvolvimento de programas de educação que ofereçam à população, principalmente às crianças, conhecimento para uma vida financeira mais saudável (ANDRADE e LUCENA, 2018, apud LUSARDI e MITCHELL, 2011).

Para a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005), a educação financeira pode ser entendida como:

[...] o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE 2005, p.13).

Dessa definição, apreende-se que a educação financeira é um processo no qual os indivíduos buscam conhecimentos e desenvolvem comportamentos que os levam a tomar decisões conscientes, que visam melhorar o seu bem-estar financeiro. Como um processo, o seu desenvolvimento se dá ao longo dos anos, sendo de grande importância o seu início desde a infância. Ademais, a OCDE deixa claro que a educação deve ser uma ferramenta para promover o desenvolvimento e o crescimento econômico, fornecendo assim uma maior confiança e estabilidade, evitando que a população seja vítima de golpes.

Na mesma visão, Savóia, Saito e Santana (2007) definem a educação financeira como

um meio de transmissão de conhecimento que leva ao desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que os mesmos consigam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando se aprimora tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar. De acordo com Sela (2017), esse melhor preparo resultará em um sistema financeiro mais sólido e eficiente e com indivíduos qualificados para atuarem em momentos de instabilidades financeira. Essa transmissão de conhecimentos é ainda mais eficaz na infância, uma vez que quando adultos irão desfrutar desses benefícios ainda mais cedo.

Para o senso comum, a principal concepção que se tem de educação financeira é o ato de economizar. Porém, esse conceito está além de simplesmente obter uma reserva de dinheiro. A educação financeira foca em como o dinheiro é entendido e tudo que o cerca, abordando principalmente a relação do indivíduo com o mesmo (BTG, 2019).

A importância da educação financeira está na formação de profissionais conscientes e capacitados para o mundo moderno, que apresentem uma boa relação com o dinheiro, pois em muitos casos os indivíduos trabalham muito, porém não aprendem a fazer o dinheiro trabalhar para eles. Isso mostra uma realidade em que os indivíduos possuem uma formação profissional exemplar, porém não possuem habilidades de gerenciamento do dinheiro, para que consigam alcançar a independência financeira e estabilidade (KIOYOSAKI, 2000).

Quando se tem um déficit de conhecimento financeiro, isso traz prejuízos tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. A pouca capacidade de tomar decisões assertivas é a principal causa de endividamento, inadimplência e baixo número de investidores no país. Clientes que passaram por uma educação financeira realizam escolhas de produtos e serviços que se encontram de acordo com suas necessidades, de modo que incentiva a competição, uma vez que se tem uma maior exigência do mercado financeiro e requer uma maior transparência dos agentes financeiros, criando um ambiente perfeito para a estabilidade e eficiência do sistema financeiro (BCB, 2013).

Diante da evolução dos bancos, ocorreu uma maior oferta de diversos produtos/serviços financeiros. Entretanto, a maior disponibilidade de crédito e a falta de conhecimento financeiro ocasionam inúmeros empréstimos e elevada inadimplência, uma vez que se observa que muitos jovens que têm acesso aos cartões de crédito já se encontram em dificuldades financeiras no início de sua vida adulta. A ausência de conhecimento sobre finanças leva os indivíduos a altas dívidas, empréstimos abusivos, investimentos errados, elevadas taxas de juros, etc. O que poderia ser evitado caso os jovens tivessem recebido o

devido conhecimento ainda quando criança (PINHEIRO, 2008).

Uma vez incluído no sistema financeiro tradicional, o indivíduo necessita de conhecimento e informações para que possa fazer um uso adequado dos recursos de modo pertinente. E a educação financeira pode auxiliar nessa etapa, ensinando algumas atitudes simples, principalmente na infância, mas que podem proporcionar grandes mudanças na qualidade de vida dessas crianças, que serão futuros adultos, e de suas famílias. Isso proporciona também benefícios a toda a população. Como consequência de boas práticas e uma maior qualidade na tomada de decisão tem-se o desenvolvimento econômico (BCB, 2013).

Como cidadãos, os indivíduos estão em contato com diversas atividades rotineiras que envolvem dinheiro, seja para abrir uma conta, para planejar o orçamento familiar, financiar a casa própria, assegurar o carro, garantir a aposentadoria ou também na simples escolha da forma de pagamento. Essas decisões, que podem ser consideradas “simples”, precisam de uma fundamentação, para que os indivíduos tenham conhecimento suficiente para escolher o produto financeiro que lhe será mais benéfico. O que pode tornar esse processo mais fácil e eficiente é se o ensino tiver ocorrido ainda na infância (PINHEIRO, 2008). Ademais, a educação financeira é extremamente útil quando se trata da conscientização dos indivíduos de todas as variáveis que envolvem a tomada de decisão, seja essa decisão ligada ao consumo ou ao investimento (LUCCI et al., 2006).

De acordo com Pinheiro (2008), a educação financeira é um excelente instrumento para auxiliar as crianças a compreenderem o valor do dinheiro e ensiná-las a administrar suas receitas, despesas e também a poupar, pode oferecer conhecimento aos jovens para que possam atingir a sua independência financeira, ajudar também os adultos, uma vez que lhe permitem realizar o planejamento e alcançar desejos materiais e auxiliar a tomada de decisões, principalmente daquelas relacionadas ao consumo e aos investimentos, para que saibam e possam avaliar os riscos e a capacidade de retorno, além de impedir que os consumidores sejam enganados com pagamentos abusivos e assunção de riscos, o que poderia colocar o indivíduo em má situação financeira. Favorece que os sistemas econômicos permaneçam estáveis, uma vez que os compromissos serão honrados e faz com que os indivíduos sejam poupadores, pensando inclusive na previdência, o que faz com que os mercados de capitais possuam uma maior liquidez, que é um dos pontos principais para o crescimento tanto da empregabilidade quanto do bem-estar.

Ademais, a educação financeira objetiva a formação de indivíduos pensantes, críticos, autônomos e com a possibilidade de realizar projetos. Indivíduos que, diante de situações de

crises, saibam modificar o comportamento, com práticas seguras e conscientes. Que entendam e realizem um bom planejamento de curto, médio e longo prazo, garantindo seu futuro como em momentos de problemas de saúde, desemprego ou aposentadoria. E que tenham conhecimento suficiente para tomar decisões sensatas para evitar o endividamento. (DOMINGOS, 2020).

A educação financeira, quando presente na vida das pessoas, fornece a possibilidade de realização do planejamento de seu orçamento, proporcionando inúmeros benefícios, como evitar contas surpresas, gerenciando da maneira mais conveniente o seu orçamento, economizando e tendo um controle do mesmo, a ter uma melhor qualidade de vida e tranquilidade para planejar o futuro, a evitar o estresse e livrar as pessoas das dívidas, além de possuir um maior embasamento para tomada de decisões, principalmente relacionadas ao consumo e investimentos (LOBO, 2019). Assim, os indivíduos que tiveram acesso à educação financeira estão adiante na sociedade e cada vez mais perto da sua segurança, independência e liberdade financeira (ICF, 2016).

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criada como um meio de realizar a educação financeira e previdenciária e promover a solidificação do sistema financeiro do país e um consumo consciente. Uma das ações da ENEF é implantar a educação financeira nas escolas seguindo às recomendações da OCDE para educar crianças e adolescentes para utilizarem o dinheiro de modo consciente e também para que possam desenvolver hábitos e comportamentos ambicionados (BRASIL, 2010). Em suma, a OCDE propõe que a educação financeira seja mais voltada a finanças pessoais e que essas informações possam influenciar o comportamento e hábitos financeiros, proporcionando um reflexo positivo na sociedade. Os programas realizados com o objetivo de promover a educação financeira fomentam o desenvolvimento de conhecimento de habilidade e atitudes, constituindo indivíduos com senso crítico, com informação sobre os serviços financeiros oferecidos pelo mercado, bem como, orientados para gerenciar suas finanças de modo eficiente. (DOLVIN e TEMPLETON, 2006; VOLPE et al. 2006, apud MANSON EWILSON, 2000).

A relevância do tema educação financeira nas escolas vem sendo cada vez mais alvo de discussão, principalmente porque agora a educação financeira é uma disciplina que foi incluída na grade curricular das escolas públicas, por meio do programa ENEF; na rede privada, algumas escolas já haviam adotado o ensino da educação financeira (VIDA e DINHEIRO, 2017).

A educação financeira não visa especificamente o enriquecimento e sim a conscientização para que o jovem tenha plena capacidade para ter uma boa relação com o

dinheiro, proporcionando ao mesmo uma boa qualidade de vida (OLIVEIRA, et. al., 2014). O objetivo principal é ensinar a criança conceitos básicos, como o que é caro ou barato, a esperar, a poupar, planejar, dentre outros quesitos, mas com a finalidade principal de que esses ensinamentos se tornem hábitos e que essas crianças se tornem adultos preparados para lidar com o sistema financeiro e saibam tirar o melhor proveito do mesmo, além de evitar que sejam adultos endividados e com descontrole sobre a vida familiar e pessoal (MACHADO, 2011).

A educação financeira nas escolas é responsável por promover uma conscientização nas crianças, que um dia serão adultos, para a importância do planejamento financeiro, a fim de que o mesmo desenvolva relação equilibrada com o dinheiro, bem como adote boas decisões sobre finanças e consumo. Ao conscientizar os indivíduos quanto aos fatores internos e externos que influenciam suas escolhas, a educação financeira pode ajudar a equilibrar as necessidades e os desejos de consumo com os objetivos de longo prazo, de forma a estimular a poupança. (SELA, 2017).

A educação financeira para as crianças faz com que as mesmas sejam jovens mais estruturados em suas finanças pessoais, e empresariais. No entanto, a barreira para que esse ensino ocorra se inicia dentro de casa, uma vez que os pais não possuem preparo para tratar e ensinar aos seus filhos sobre o tema, o que se deve também a uma questão cultural devido à instabilidade na economia que antecedeu o plano real. Devido a essas barreiras, o melhor caminho para se abordar o assunto seria nas escolas, com o apoio da família para a parte prática. (OLIVEIRA, et. al., 2014). Todavia, afirmam os autores, ainda é um desafio a participação da família no processo de alfabetização financeira, sendo preciso quebrar as barreiras de uma cultura consumista.

A educação financeira proporciona uma ligação entre diversas áreas do conhecimento, fazendo com as mesmas trabalhem em conjunto para a formação do indivíduo, fornecendo a ele ferramentas para a construção de sua autonomia. Sendo assim, todos os indivíduos que estão presentes no processo de formação de um ser humano possuem responsabilidade no processo de mudança (STHEPANI, 2005).

A educação financeira estará presente na vida do indivíduo não apenas em sua fase escolar, mas irá acompanhá-lo por toda vida (OLIVEIRA, et. al., 2014). Em muitos casos, os indivíduos sem formação acabam por tomar decisões impensadas e irresponsáveis, o que resulta em consequências negativas em sua vida, o que, em parte, se deve ao fato da ausência de educação financeira nas escolas.

A literatura entende que o ambiente escolar é um local que possibilita o conhecimento

sobre os mais diversos conteúdos importantes para a formação do indivíduo dentro dos quais abrange a educação financeira (PETER; PALMEIRA, 2013). Carvalho (2010, apud Theodoro, Gindro e Colenci Junior, 2010) corrobora com a visão de que a escola é o ambiente ideal para que a educação financeira seja implantada. Porém, para que a função da educação financeira dos indivíduos seja delegada a uma instituição de ensino, faz-se necessário fornecer apoio para que a função possa ser empenhada. É preciso refletir o papel do Estado nesse ensino, uma vez que no Código de Defesa do Consumidor (1990) consta que o Estado precisa cumprir com o dever de fornecer educação financeira por meio de órgãos específicos.

Ademais, a família precisa entender que também possui responsabilidades quanto à educação financeira das crianças, uma vez que, de acordo com Ewald (2010), é na família que os indivíduos veem os exemplos, mas reconhece-se que não são em todas as famílias que a alfabetização financeira está presente. Para que essa situação possa ser amenizada a escola deve, ao desenvolver os projetos de educação financeira, em um primeiro momento, reunir os pais e apresentar a proposta e explicar que o exemplo ocorre no dia a dia da criança dentro de casa. Assim, faz-se necessário que a família tenha o apoio da escola para que essa atividade possa ser desenvolvida para que saibam como conduzir os momentos que envolvem as finanças e o orçamento da casa.

Para que se tenha um sistema eficiente no ensino de educação financeira é preciso que as três dimensões estejam alinhadas, uma vez que o Estado precisa oferecer apoio às escolas, para que ocorra a ampliação e a capacitação dos indivíduos. A escola tem a missão de efetivar a alfabetização financeira, como uma disciplina contínua durante a trajetória escolar que seria desde o ensino fundamental até o médio. E a escola deve inserir a família no contexto, para que a mesma também possa absorver os conhecimentos e, também, para que a família seja capaz de educar financeiramente os indivíduos no dia a dia. (OLIVEIRA, et. al., 2014)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo-qualitativo. Diferente da pesquisa quantitativa, que se distancia para produzir o conhecimento por meio da representatividade, a pesquisa qualitativa se aproxima do objeto para analisar em profundidade (SILVA e MENEZES, 2001).

A pesquisa de cunho qualitativo envolve a “[...] obtenção de dados descritivos sobre

peçoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58). A pesquisa qualitativa assume características descritivas, envolvendo a pesquisa documental e bibliográfica e a pesquisa de campo, definida pela coleta de dados in loco.

A coleta de dados se deu de forma indireta, realizada por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado assunto, permitindo o reforço na análise ou na manipulação dos dados (LAKATOS e MARCONI, 2003). Na pesquisa em tela, a pesquisa bibliográfica auxiliou na compreensão do tema que delinea o estudo – educação financeira no contexto escolar.

A pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2003), é aquela na qual a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, constituindo o que se denomina de fontes primárias. A pesquisa documental foi realizada por meio de documentos fornecidos pelo Núcleo Regional de Educação (NRE).

Ademais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a responsável pelo NRE de Maringá e com professores que ministram a disciplina de educação financeira nas escolas. Visto que os documentos que regulamentam a implantação da educação em Maringá tinham como delimitação de área a atuação do NRE, considerou-se a microrregião de Maringá para a coleta de dados. O Ofício nº015/2021 delega como responsável prioritário da aplicação do conteúdo os professores de matemática, logo, escolheu-se os mesmos para relatar sua experiência nesta implementação. A escolha dos entrevistados foi feita com base na técnica bola de neve. Segundo Vinuto (2014) a técnica serve para possuir maior acesso a uma rede de indicações. O Quadro 01 apresenta uma descrição dos entrevistados.

Quadro 01 - Descrição dos entrevistados da pesquisa

Nome	Sexo	Formação	Local de trabalho
Entrevistada 01	Feminino	Matemática - UEM	Núcleo Regional de Educação de Maringá.
Entrevistada 02	Feminino	Matemática - UEM	Byington Jr e Santa Maria Goretti
Entrevistado 03	Masculino	Agronomia - UNOPAR, gestão estratégias de empresas FGV e cursando licenciatura em	Colégio cívico-militar Pedro Viriato Parigot de Souza

		Matemática	
Entrevistada 04	Feminino	Matemática - UEM	Colégio Parigot de Souza
Entrevistada 05	Feminino	Matemática - FAP	Colégio cívico-militar Marquês de Caravelas

Fonte: elaborada pelos autores

As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada e baseadas em técnicas interpretativas, tal como propõem (DENZIN e LINCOLN, 2002). As entrevistas ocorreram entre junho e agosto de 2021. O roteiro de entrevista, aborda principalmente questões subjetivas sobre a interpretação da aplicação da disciplina e da participação dos alunos.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1979, p. 42), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. A análise de conteúdo visa o tratamento dos conteúdos veiculados por meio de documentos escritos, como também por meio de outras formas de expressão, como imagens, sons, mapas e símbolos. Quanto à organização da análise de conteúdo, Bardin (1979, p. 95) preconiza que esta requer técnicas para a sua clareza e objetividade; e enumera três etapas básicas, as quais orientaram os procedimentos de análise desta investigação, conforme delineado a seguir: (1) pré-análise; (2) exploração do material; (3) o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação. A apresentação e análise dos dados foi realizada intercalando a pesquisa documental com as entrevistas realizadas.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O processo de implantação da educação financeira nas escolas de ensino do Paraná foi autorizado pelo Ofício Circular nº 015/2021 – DEDUC/SEED, de 17 de fevereiro de 2021. O documento foi assinado por Roni Miranda Vieira, atual diretor de educação da Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná.

O Documento alinha as aplicações e os direcionamentos da educação financeira. Os princípios desse ofício se apropriam da teoria sugerida por (OLIVEIRA, et. al., 2014) que a educação financeira na escola não tem como objetivo tornar os alunos ricos e sim promover e

fomentar a educação financeira no Paraná, de modo que os estudos compreendem princípios fundamentais da administração de seus recursos, assim, promovendo uma maior qualidade de vida em um contexto de desenvolvimento social. Além disso, o ofício se apoia nas diretrizes do Decreto Federal 7.397/2010 que implantou a ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) e no DECRETO Nº 10.393, de 9 de junho de 2020.

“[...]O quanto antes o conhecimento fundamentado na Educação Financeira for ensinando às crianças e aos jovens, mais cedo eles desenvolverão a capacidade de planejar seus orçamentos, tornando-os esclarecidos quanto à administração e utilização do seu dinheiro, ou seja, desenvolvendo hábitos e comportamentos conscientes e sustentáveis para administrar valores. Comportamentos como esse refletirão diretamente na economia familiar, progredindo, posteriormente, para o contexto social.” (SEED, 2021.p2)

Ainda segundo o referido Ofício, a grade curricular da disciplina está sendo oferecida para alunos do ensino médio, contemplando o primeiro, segundo e terceiro ano, com 32 aulas por trimestre. Conforme mostra a Figura 01, seu conteúdo programático é dividido em sete princípios: Nossa relação com o dinheiro; Reorganizando a vida financeira - endividamento; Uso do crédito; Aprendendo a poupar e investir; Emprego; Empreendedorismo; Sociedade e consumo. Além desses tópicos é acrescentado um eixo extra no terceiro ano chamado “Cooperativismo”.

Figura 01: Grade curricular de Educação Financeira no ensino médio.

1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE	
Conteúdos	Número de aulas	Conteúdos	Número de aulas	Conteúdos	Número de aulas
1 – Nossa Relação com o Dinheiro	02	1 – Nossa Relação com o Dinheiro	02	1 – Nossa Relação com o Dinheiro	02
Operações com números reais	<ul style="list-style-type: none"> A importância da Educação financeira; Dinheiro, seu uso e significado; Dinheiro e as relações sociais e institucionais. 	Operações com números reais	<ul style="list-style-type: none"> A importância da Educação financeira; Dinheiro, seu uso e significado; Dinheiro e as relações sociais e institucionais. 	Operações com números reais	<ul style="list-style-type: none"> A importância da Educação financeira; Dinheiro, seu uso e significado; Dinheiro e as relações sociais e institucionais.
2 – Reorganizando a Vida Financeira - Endividamento	09	2 – Reorganizando a Vida Financeira - Endividamento	09	2 – Reorganizando a Vida Financeira - Endividamento	07
Frações, porcentagem, juros, gráficos, planilhas e tabelas.	<ul style="list-style-type: none"> Saindo do Vermelho: Por onde começar? Compras à vista ou a prazo; O que é um orçamento? Como elaborar um orçamento; Orçamento individual e familiar; Pagando as contas: receitas e despesas. 	Frações, porcentagem, juros, gráficos, planilhas e tabelas.	<ul style="list-style-type: none"> Saindo do Vermelho: Por onde começar (retomada); Planejando o orçamento: relembando o orçamento individual e familiar; Conceito de receitas e despesas na elaboração do orçamento; Possibilidades de um orçamento superavitário; Pagando as contas. 	Frações, porcentagem, juros, gráficos, planilhas e tabelas.	<ul style="list-style-type: none"> Saindo do vermelho: por onde começar? Vantagens e dificuldades de planejar o consumo; Elaborando o orçamento; Orçamento superavitário; Economia e desperdício: necessidade e desejo.
3 – Uso do Crédito	02	3 – Uso do Crédito	02	3 – Uso do Crédito	03
Porcentagem, juros, funções e tratamento da informação.	<ul style="list-style-type: none"> Crédito como fonte adicional na gestão de dívidas; O que é um empréstimo financeiro. 	Porcentagem, juros e funções.	<ul style="list-style-type: none"> Crédito e gestão de dívida: empréstimo financeiro; Vantagens e desvantagens do uso do crédito: cartões de crédito. 	Porcentagem, juros, tratamento da informação e funções.	<ul style="list-style-type: none"> Empréstimo: as diferentes modalidades de crédito e seus custos; Modalidades de empréstimo para aquisição de bens e imóveis; Custo Efetivo Total x Custo Efetivo Nominal.
4 – Aprendendo a poupar e investir	05	4 – Aprendendo a poupar e investir	05	4 – Aprendendo a poupar e investir	04
Porcentagem, juros, funções e tratamento da informação.	<ul style="list-style-type: none"> Poupança: a importância do hábito de poupar; Realizando os sonhos; Conhecendo a previdência. 	Porcentagem, juros, funções e tratamento da informação.	<ul style="list-style-type: none"> Poupança: simulando investimentos; Compra de bens: Ativo x Passivo; Realizando os sonhos; Pensando no futuro: previdência. 	Porcentagem, juros e funções.	<ul style="list-style-type: none"> Poupança e investimento; Onde investir: o que é preciso saber das diferentes formas de investimento; Compra de um bem: Ativo x Passivo; Pensando no futuro: previdência.
5 – Emprego	04	5 – Emprego	05	5 – Emprego e Possibilidades	06
Porcentagem, tratamento da informação.	<ul style="list-style-type: none"> Emprego: elaboração de currículo; Profissões do futuro; Estágios. 	Porcentagem, tratamento da informação.	<ul style="list-style-type: none"> Tipos de emprego: autônomo, CLT, prestador de serviços, etc.; Profissões do futuro; Ter ou não ter um negócio próprio: analisando possibilidades, vantagens e desvantagens. 	Porcentagem, tratamento da informação.	<ul style="list-style-type: none"> Preparação para o mercado de trabalho; Profissão: formação x salário; Renda complementar; Análise de mercado de trabalho; Ter ou não ter um negócio próprio: funcionário ou empreendedor; Realização profissional x renda.
6 – Empreendedorismo	07	6 – Empreendedorismo	07	6 – Empreendedorismo	06
Operações com números reais, tratamento da informação, lucro e prejuízo	<ul style="list-style-type: none"> Encontrando oportunidade na necessidade; A importância do Planejamento; Orçamento e Investimento; Custo de produção; Lucro: Valor final de venda. 	Operações com números reais, tratamento da informação, lucro e prejuízo	<ul style="list-style-type: none"> A escolha certa: análise do mercado; Planejamento: levantamentos dos insumos necessários; Orçamento e Investimento: conhecendo as etapas; Organização do custo de produção; Lucro: Valor final de venda; Conhecendo a Maximização de Lucro. 	Porcentagem, tratamento da informação.	<ul style="list-style-type: none"> A escolha certa: análise do mercado; Empreendendo: definido as etapas; Orçamento e Investimento: planejamento; Custo de produção; Lucro: Valor final de venda e retorno de um investimento; Executando a Maximização de Lucro. Jogos empresariais
7 – Sociedade e consumo	03	7 – Sociedade e consumo	02	7 – Cooperativismo	02
Operações com números reais, situações problema e tratamento da informação.	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de Marketing: avalie, pense e decida; Consumo e Consumismo; Os direitos e deveres do consumidor. 	Situações problema, tratamento da informação.	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de Marketing. 	Situações Problema, Tratamento da Informação, Lucro e Prejuízo	<ul style="list-style-type: none"> Liderança Cooperativista Consciência Associativa; Economia Solidária.
Total	32 aulas	Total	32 aulas	Total	32 aulas
				8 – Sociedade e consumo	02
				Porcentagem	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de Marketing e de Publicidade
				Situações Problema, Tratamento da Informação	
				Total	32 aulas

Analisando os módulos encaminhados na grade curricular e a carga horária atribuída, percebe-se que o objetivo da alocação dos tópicos dessa forma é se aprofundar cada vez mais nesses tópicos, gerar um aprendizado constante durante todo o período de ensino médio, retomando e se aprofundando nos conteúdos dos anos anteriores. Esses princípios estão de acordo com a ENEF (Brasil, 2010), criada por meio do decreto federal 7.397/2010.

Segundo a Entrevistada 05, o fato de a matéria possuir o mesmo teor pode ser muito efetivo tratando-se do primeiro ano de aplicação, porém, este modelo precisará de revisão para que os alunos não vejam o mesmo conteúdo em três anos diferentes. Já o Entrevistado 03 relata que as aulas propostas acabam sendo repetitivas e neste momento precisa alterar o plano de aula para dar maior dinâmica.

“[...] Eu particularmente acho que são aulas muito repetitivas, mas a estratégia que eu adotei aqui, não fujo do conteúdo que veio do estado, mas quando o conteúdo começa a ficar muito repetitivos eu faço alguns ajustes.” (Entrevistado 03)

A Distribuição de aulas é regulamentada pela Resolução nº 208/2021 da SEED (Secretaria de Educação e do Esporte), que “Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM”. Segundo a SEED (2021), as aulas de educação financeira devem ser atribuídas a professores de matemática, administração ou contabilidade, nesta ordem, seguidos os seguintes critérios: (I) Maior tempo de serviço no Estado do Paraná, no cargo efetivo, na Linha Funcional objeto da atribuição de aulas; (II) Maior Nível e Classe; (III) O mais idoso.

Conforme o relato da Entrevistada 04, a escolha de um professor de matemática não é o ideal pelo aspecto social que o dinheiro carrega por si só, porém, há a compressão em seu raciocínio que um professor de matemática tem maior facilidade de aplicar um conteúdo com cunho social ao invés de um docente da área social aplicar um conteúdo da área de exatas.

Segundo o relato dos Entrevistados 02, 03, 04 e 05, os professores QPM (Quadro Próprio do Magistério, professores concursados) preferiram continuar com as disciplinas de matemática do que “se arriscar em uma matéria desconhecida”. Segundo a fala da Entrevistada 02, sobre o processo de escolha da disciplina, “peguei educação financeira por que os próprios professores estavam fugindo dessa disciplina, então tinha bastante aula ainda, eu consegui completar”, além do medo de ficar sem lecionar alguma disciplina.

“O que mais me chamou a atenção foi essa recusa da maioria, ficou bem notório que os professores [...] principalmente os concursados, eles não optaram por escolher ela, então chegou ali, depois que eu perdi as aulas o que tinha era educação financeira, porque sobrou” (Entrevistada 02)

Este fenômeno do baixo engajamento dos professores QPM, possivelmente tem relação direta com o *timing* de aplicação da disciplina, uma vez que, durante as escolhas das disciplinas os professores não tiveram treinamento prévio e ainda não tinham acesso à ementa da disciplina. Segundo a Entrevistada 02, o início da matéria foi “assustador”, pelo fato de não haver ementa, material e nem orientação de onde buscar esses conteúdos.

Segundo a SEED (2021), cabe à Secretaria da Educação e do Esporte disponibilizar a ementa e materiais didáticos, enquanto cabe aos professores utilizar os materiais didáticos fornecidos. Todavia, durante as entrevistas ficou notável a recusa dos professores acerca dos materiais didáticos fornecidos. Os entrevistados 02, 03 e 04 relatam que, cotidianamente, aplicam outros conteúdos análogos à ementa, sem se desviar do objetivo do módulo da ementa. Além disso, o treinamento para a disciplina só foi realizado em um momento posterior, oferecido pela Universidade Estadual de Maringá.

“Nada, não tinha nada. Tinha algumas coisas no site da SEED, que daí eu tive que procurar, algumas indicações, algumas matérias que poderíamos usar como do banco central, de algumas organizações daí nesse sentido de educar os jovens financeiramente, e aí eu tive que ir atrás desse material, mas não teve. No começo do semestre passado, não no começo pelo meio já, saiu um curso oferecido pela UEM de educação financeira, teve bastante gente que fez eu participei também, mas assim não houve treinamento não.” (Entrevistada 02)

Notou-se que, apesar de algumas divergências entre o plano de aplicação da SEED com a execução nas escolas, todos os professores aprovam a disciplina e a consideram muito importante para a formação dos alunos. Segundo a Entrevistada 01 “O benefício é a questão de trazer este aluno para controlar a sua vida financeira, nós queremos adultos que tenham controle sobre sua vida financeira”. Todos os entrevistados estão alinhados quanto a isso.

Esses princípios vão de acordo com Sela (2017), ao observar que um dos objetivos da educação financeira é educar as crianças para refletir em adultos mais conscientes. Além disso, o relato dos entrevistados traz à tona, também, um outro cenário, o impacto direto da aplicação da disciplina nos pais desses alunos. Segundo a Entrevistada 04, um pai que trabalha em home office, por conta do cenário de pandemia, parou durante um dia de serviço para ouvir a explicação sobre impostos, propriedade privadas e empresas estatais. Ele agradeceu pessoalmente a professora depois, dizendo que ficou muito interessado no assunto e que só aprendeu isso “depois de velho” na aula dela.

A Entrevistada 05, possui um relato que evidencia ainda mais essa questão, segundo a mesma, algumas mães assistiam todas as aulas da disciplina de educação financeira enquanto os alunos estavam em regime remoto.

“Teve até um caso no primeiro trimestre, quando nós estávamos 100% online ainda,

duas mães acompanhavam as aulas, ficaram junto com os filhos assistindo as aulas, eu sei que elas não faziam isso em todas as matérias, mas sempre estavam presentes acompanhando educação financeira.” (Entrevistada 02)

O Entrevistado 03 também relata algo que o processo de possuir outros membros da família é comum nas aulas online, segundo o mesmo:

“Algumas vezes dando aula pelo Meet e eu faço aquela pergunta engajadora, a resposta dessa pergunta engajadora a gente vê que, o aluno dá a resposta e a gente vê também uma mãe na aula, isso é visível que está mexendo com a estrutura familiar.” (Entrevistado 03)

Segundo a entrevistada 05, além da percepção direta da participação da família, há momentos em que a complexidade e especificidade da pergunta trazida pelo aluno para a sala de aula indica que aquele questionamento se trata de uma dúvida de um membro da família, muitas das vezes, os pais ou responsáveis diretos, o que se alinha com a ideia de OLIVEIRA, et. al., (2014), que propõem que a educação financeira não estará com o aluno somente durante a escola, e sim durante toda a vida.

5 CONCLUSÕES

O objetivo da presente pesquisa foi analisar a implementação da disciplina de educação financeira nas escolas públicas de ensino médio da microrregião de Maringá. Como propõe Oliveira et. al. (2014), a educação financeira aplicada nas escolas públicas não tem o objetivo de tornar os alunos ricos, mas, torná-los indivíduos socialmente responsáveis que compreendem o que é o dinheiro e mantém uma relação saudável com o mesmo. Sendo assim, a educação financeira ofertada nas escolas apresenta resultados positivos na vida dos alunos e seus familiares, estendendo-se à sociedade na qual esses indivíduos estão inseridos.

A pesquisa revelou que é possível ver resultados positivos, não somente na vida desses acadêmicos que estudam a disciplina de educação financeira, mas também, em suas famílias, pois, uma vez que o aluno está aprendendo este conteúdo ele se torna um agente transformador dentro da sua casa. Segundo Sela (2017), estes indivíduos, dotados dessa capacidade, resultará em um sistema financeiro mais sólido e eficiente e com indivíduos qualificados.

Observou-se que as principais dificuldades da implementação da disciplina giram em torno da ementa, da falta de treinamento prévio aos professores e divergência entre os materiais didáticos propostos. Por sua vez, os pontos positivos são o engajamento dos alunos com a disciplina, a participação das famílias em sala de aula e o estímulo efetivo do ensino dos conteúdos de educação financeira.

Pode-se concluir que a implementação da disciplina está sendo bem sucedida. Porém, ocorreram alguns aspectos que divergem da proposta em sua legislação, tendo em vista que nem todo o processo de aplicação descrito no Ofício nº015/2021 foi executado de forma exata. Todavia, devido à sua importância na formação dos alunos, relevância socioeconômica e principalmente ao engajamento dos alunos, familiares e professores, a disciplina dirige-se positivamente para alcançar os objetivos propostos, o que minimiza o impacto das divergências protocolares.

Este trabalho contribui para compreender o processo de implementação de uma disciplina de grande relevância na grade curricular de alunos do ensino médio na microrregião de Maringá. Ao apresentar as dificuldades enfrentadas em sua implementação, a pesquisa contribui para que os formuladores dessa política se preocupem em amenizá-las quando da implementação em outras regiões ou em outras séries (ensino fundamental). Pesquisas futuras podem ser desenvolvidas objetivando analisar o impacto da disciplina na sociedade em médio e longo prazo, bem como da aplicação de gamificação na implantação de novas disciplinas para verificar o engajamento dos alunos.

AGRADECIMENTO

Bolsas PIBIC (Carlos Alberto Soares Júnior e Luiza Berto de Lima) ao CNPq, Fundação Araucária e Universidade Estadual de Maringá (UEM).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. P.; LUCENA, W. G. L. Educação Financeira: Uma Análise de Grupos Acadêmicos. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 49, p. 103-121, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013). **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília, p.72. 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL/COREMEC. Educação financeira nas escolas – Ensino Médio. COREMEC, GAP, UNIBANCO, 2010.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

BTG PACTUAL DIGITAL. Educação Financeira: o que é, por que é importante e dicas. Disponível em: <https://www.btgpactualdigital.com/blog/investimentos/2635>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CARVALHO, Valéria de. Educação matemática: matemática & educação para o consumo. 1999.Dissertação (Mestrado em Educação: Educação Matemática) — FE,

Unicamp, Campinas (SP). Disponível em:

<http://www.cempem.fae.unicamp.br/prapem/mestrado.htm>. Acesso: 23 Abr 2020

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation. *Financial Services Review*, v. 15, n. 3, p. 133, Summer 2006.

DOMINGOS, Reinaldo. O que é Educação Financeira? Disponível em:

<http://www.dsop.com.br/blog/o-que-e-educacao-financeira>. Acesso em: 2 de abril de 2020.

EWALD, Luis Carlos. **Alfabetização Financeira**, Pinhais, v. 3, n. 47, p. 4-5, abr. 2011. Entrevista concedida a Revista Impressão Pedagógica.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

KIOYOSAKI, Robert T.; Lechter, S. L. **Pai Rico, pai pobre: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. Ed. 66º, Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOBO, Rafael. Importância da Educação Financeira. **Conceito Zen**, 2019. Disponível em: <https://www.conceitozen.com.br/importancia-da-educacao-financeira.html>. Acesso em: 12 de out. de 2020.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. **A influência da Educação Financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. IN IX SEMEAD, 2006. Disponível em:

http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_seMead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

MACHADO, Diego da Rocha. Educação Financeira nas Escolas de Porto Alegre. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre:2011.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). *OECD's Financial Education Project*. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: www.oecd.org/. Acesso em: março 2021.

ORGANISATON FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Improving Financial Literacy – Analysis of insusses and policies*. Paris, 2005.

OLIVEIRA, A. E. et al. A importância da educação financeira no contexto escolar e familiar: Uma amostra do projeto implantado na UNESPAR. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 11, 2014, Apucarana/PR. **Anais [...]**. Apucarana: UNESPAR, 2014.

ORGANISATON FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Improving Financial Literacy – Analysis of insusses and policies*. Paris, 2005.

PINHEIRO, R. P. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira

dos fundos de pensão. São Paulo: Peixoto Neto, 2008. Disponível em:
<https://www.fbss.org.br/dados/wwwfbs/artigos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Previdenci%C3%A1ria%20e%20Financeira%20-%20a%20nova%20fronteira%20dos%20fundos%20de%20pens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

PETER, Luciani Dallmann; PALMEIRA, Eduardo Mauch. **Estudo sobre a educação financeira como disciplina escolar a partir das séries iniciais**. 2013. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/236332274_ESTUDO_SOBRE_A_INCLUSAO_D_A_EDUCACAO_FINANCEIRA_COMO_DISCIPLINA_ESCOLAR_A_PARTIR_DAS_SERIES_INICIAIS. Acesso em 16 nov. 2020.

SAVÓIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1.121-1.141, nov./dez. 2007.

SELA, Vilma Meurer. **A atuação dos atores no processo de formação da agenda de inclusão financeira no Brasil**. 2017. 228 f. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática, Curitiba, 2013.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a distância da UFSC, 2001.

VIDA E DINHEIRO. **ENEF - Estratégia nacional de educação financeira**. 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef>. Acesso em 17 out. 2020.

VINUTO, J. A Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Têmaticas*, v. 22, n. 44, p. 203-2020, 2014.

VOLPE, R.; CHEN, H.; LIU, S. An analysis of the importance of personal finance topics and the level of knowledge possessed by working adults. *Financial Services Review*, v. 15, p. 81-98, 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, 2002.